

SOMOS 

DIVERSIDADE

PLANO DE TRABALHO

ADRIANA DIRETORA – CÂMPUS GOIÂNIA

I NCLUSÃO
F ORMAÇÃO EMANCIPATÓRIA
G ESTÃO DEMOCRÁTICA

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	1
1. PERFIL DA CANDIDATA	3
1.1 Dados Gerais	3
1.2 Formação Acadêmica	3
1.3 Atuação Institucional – Principais Atividades	3
1.3.1 Ensino	3
1.3.2 Pesquisa e Extensão	4
1.3.3 Atividades de Gestão	4
2. CARTA DE APRESENTAÇÃO DA CANDIDATA	5
3. EIXOS, PRINCÍPIOS E COMPROMISSOS	7
3.1 Eixo 1 – Formação Emancipatória	7
3.2 Eixo 2 – Gestão Democrática e Participativa	13
3.3. Eixo 3 – Educação Inclusiva	19
DISPOSIÇÕES FINAIS	25

APRESENTAÇÃO

O processo de consulta à comunidade acadêmica para a escolha de Reitor(a) e Diretores(as)-Gerais dos Câmpus do Instituto Federal de Goiás para o período de 2021/2025 foi deflagrado no dia 29 de março de 2021, por meio da Resolução Consup/IFG nº 48/2021. E, conforme a Resolução Consup/IFG nº 50/2021, o processo de consulta dar-se-á por meio de recursos da tecnologia da informação, com a campanha virtual e a votação eletrônica.

As eleições ocorrem em um contexto internacional e nacional marcado por uma grave crise política, econômica e social, com o avanço de ideias e práticas antidemocráticas, processos de privatização do setor público e ataques à autonomia e ao orçamento das Instituições Federais de Educação (Ifes). A pandemia, decorrente da Covid-19, ampliou ainda mais a crise e promoveu o acirramento das desigualdades socioeconômicas, além de ter sido agravada pela falta de ações do poder público, pelo obscurantismo, pelo negacionismo da ciência e da educação.

Vivenciamos um momento dramático da vida pessoal, social, humana, política e sanitária, para a qual foi necessária, entre outras medidas, a imposição do distanciamento social. Tais fatos demandaram esforços conjuntos da Instituição e de toda a sua comunidade na adoção de diversas medidas necessárias, a fim de promover a saúde, contribuir com o achatamento da curva de contágio, evitar doenças, bem como defender as instituições públicas e a ciência e minimizar os impactos sociais e econômicos. Isso conduziu à implementação do ensino remoto emergencial e à suspensão das atividades administrativas presenciais no IFG durante o período em que perdurar a pandemia.

Nesse contexto, teremos um pleito histórico, em um formato jamais vivenciado por toda a comunidade acadêmica. As relações sociais e políticas, tão importantes para esse momento e para a vida acadêmica e administrativa do IFG, estarão restritas ao formato remoto e digital. Por outro lado, uma nova cultura de interação por meio de ferramentas digitais surgiu, e foi por meio dessas novas formas que um coletivo se constituiu. Estudantes e servidores comprometidos com as lutas pelos direitos sociais, pelas camadas populares, pela inclusão de todos os públicos e, também, pela defesa das instituições públicas e pelas relações democráticas se reuniram para a construção de um programa político-pedagógico para a gestão dos próximos quatro anos do Câmpus Goiânia, por meio do **Coletivo Somos Diversidade**. Como resultado dessas discussões, chegamos ao compromisso com a defesa permanente de três eixos essenciais: **Formação Emancipatória; Gestão Democrática e Participativa; e Educação Inclusiva**.

Para representar esse coletivo e as demais pessoas que também corroboram esses compromissos, buscou-se um perfil que tivesse uma trajetória coerente com os princípios elencados, capacidade de articulação dentro do Câmpus e fora dele, representatividade crítica no Conselho de Dirigentes do IFG e liderança nos debates

realizados na Instituição. Com base nesses pressupostos e nos princípios de transparência, impessoalidade, isonomia e compromisso social, o coletivo deliberou pelo nome da professora **Adriana dos Reis Ferreira** como representante do Coletivo Somos Diversidade à direção-geral do Câmpus Goiânia.

O processo eleitoral, para além da escolha de um(a) gestor(a), é um processo formativo e de ampliação do diálogo sobre qual Câmpus e qual Instituição queremos nos próximos anos. Nessa perspectiva, apresentamos a seguir o perfil da candidata e o **Plano de Trabalho para a Gestão do Câmpus Goiânia – 2021/2025**. Importante ressaltar que se trata de um plano em construção contínua. Nele, são apresentados os principais elementos norteadores da gestão; trata-se de um documento que será complementado e implementado por meio de debates e da participação da comunidade acadêmica.

Contamos com todas e todos para se juntarem a nós nesse propósito!

1. PERFIL DA CANDIDATA

1.1 Dados Gerais

Nome: Adriana dos Reis Ferreira

Ano de ingresso na Instituição: 1994

Siape: 1050155

Cargo: Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico

E-mail: adriana.ferreiraifg@gmail.com

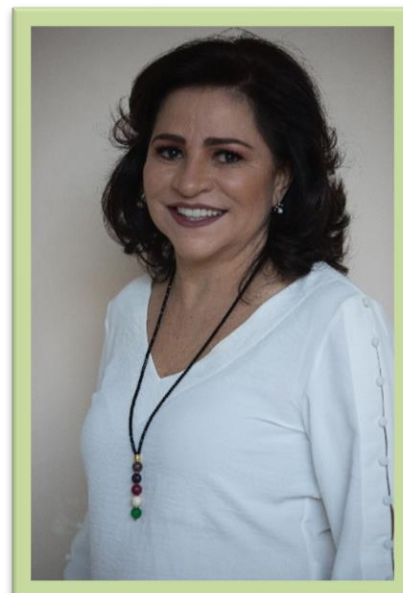
Currículo: <http://lattes.cnpq.br/1721516926765310>

Redes sociais: Twitter: @adrianareisifg

Instagram: @adrianareisifg

Facebook: @adrianareisifg

YouTube: Adriana Diretora - IFG Campus Goiânia



1.2 Formação Acadêmica

- Curso Técnico em Saneamento pela Escola Técnica Federal de Goiás – ETEFG (1984-1987).
- Graduação em Educação Física pela Escola Superior de Educação Física de Goiás – ESEFEGO (1987-1990).
- Mestrado em Educação Física pela Universidade de Campinas – Unicamp (2000-2003).
- Doutoranda em Educação pela Universidade de Santiago de Compostela – USC (2016-2021).

1.3 Atuação Institucional – Principais Atividades

1.3.1 Ensino

- Professora de Educação Física dos cursos técnicos integrados na Coordenação de Educação Física (1994-2001).
- Professora de Introdução e Dimensões do Turismo e Hospitalidade, Planejamento de Eventos e Recreação Turística e Hoteleira.
- Professora na Pós-Graduação *Lato Sensu* em Políticas e Gestão da Educação Profissional.

1.3.2 Pesquisa e Extensão

- Projeto de Pesquisa: *Permanência e êxito na educação profissional: uma análise do rendimento escolar dos estudantes do Câmpus Goiânia do Instituto Federal de Goiás e sua relação com a questão de gênero.*
- Projeto de Pesquisa: *Diagnóstico da qualidade dos serviços de informação e atendimento dos meios de hospedagem nas cidades turísticas goianas – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (Fapeg).*
- Projeto de Extensão: *Curso de organização de eventos no Projeto de Cooperação Técnica Brasil – Cabo Verde.*
- Projeto de Extensão: *Curso de inclusão digital e de comunicação e redação para os servidores terceirizados do Câmpus Goiânia.*
- Projeto de Pesquisa e Extensão: *Encontro Brasileiro-Alemão para o desenvolvimento sustentável no cerrado.*

1.3.3 Atividades de Gestão

- Diretora Executiva (atual).
- Pró-Reitora de Ensino (2015-2017).
- Diretora de Educação Básica e Superior da Pró-Reitoria de Ensino (2013-2015).
- Chefe de Departamento de Áreas Acadêmicas – Departamento I (2012-2013).
- Coordenadora do Curso Técnico em Cozinha na modalidade da Educação de Jovens e Adultos.
- Coordenadora do Curso de Tecnologia em Turismo e do Curso de Tecnologia em Hotelaria (2010-2012).
- Coordenadora e professora do Projeto de Cooperação Técnica Brasil – Cabo Verde (2008-2012).
- Coordenadora do Laboratório de Eventos (2006-2010)
- Coordenadora de Educação Física (1999).

2. CARTA DE APRESENTAÇÃO DA CANDIDATA

Sou técnica em Saneamento pela Escola Técnica Federal de Goiás (ETFG), licenciada em Educação Física pela Esefego, mestra em Educação Física pela Unicamp e doutoranda do Programa de Ciências da Educação da Universidade de Santiago de Compostela.

Sou servidora efetiva desde abril de 1994, quando o IFG ainda era Escola Técnica Federal de Goiás. Inicialmente, fui lotada na Coordenação de Educação Física e, hoje, sou lotada na Coordenação de Turismo e Hospitalidade.

No ano de 2010, assumi a Coordenação de Turismo e Hospitalidade, coordenando os dois cursos superiores de tecnologia em Turismo e Hotelaria e o Curso Técnico em Cozinha, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos. De lá para cá, assumi a Chefia do Departamento das Áreas Acadêmicas I (2012-2013), trabalho esse que foi reconhecido para além do próprio departamento e que me credenciou a ser convidada para atuar na Diretoria de Educação Básica e Superior (2013-2015), na Pró-Reitoria de Ensino (2015-2017) e na Diretoria Executiva (2018-2021), setor em que atualmente exerço a minha função. Durante esse tempo na gestão, tive que me debruçar e aprofundar em um universo de temáticas amplas, diversas, mas, ao mesmo tempo, correlacionadas, conhecimentos esses que correspondem a mais horas e a mais conteúdos que os presentes em uma graduação. Tenho gratidão ao IFG e às pessoas que me deram essa oportunidade.

Nesse contexto, percebi o quanto a gestão é um importante elemento numa Instituição de Ensino Pública e o quanto, diretamente, ela reflete na qualidade dos serviços prestados. Além disso, a gestão tem o papel de assegurar que a função social, as diretrizes, as metas e os objetivos estabelecidos nos documentos institucionais sejam cumpridos, mobilizando esforços, articulando vontades coletivas e integrando os processos para atingir o que é proposto em uma instituição de ensino, isto é, a educação e a sua integração com a sociedade.

A gestão pública não é apenas uma função ou atribuição, é também uma ciência que incorpora elementos complexos que visam à redução de riscos, ao uso eficiente de recursos, à transparência, à busca da qualidade socialmente referenciada, de forma a assegurar que a função social, as diretrizes, as metas e os objetivos estabelecidos nos documentos institucionais sejam cumpridos e que o atendimento aos interesses públicos ultrapasse as vontades próprias.

Sempre me fiz presente nas principais discussões da construção da função social da ETFG, do Cefet e do IFG, com um olhar para a Instituição, sobretudo a partir da perspectiva dos trabalhadores, das camadas populares e dos arranjos sociais culturais e produtivos locais. Para exemplificar, cito a participação no Congresso sobre as diretrizes do Projeto Político Pedagógico da ETFG na década de 1990 e nas duas edições do Congresso Institucional do IFG, para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e do Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI). Ademais, participei de várias outras comissões, comitês, grupos de trabalhos

(GTs) e eventos que debateram temáticas sobre currículo integrado, educação de jovens e adultos, planejamento estratégico, diretrizes das licenciaturas, permanência e êxito, gestão de pessoas e liderança.

Dessa forma, com a experiência na gestão e o conhecimento que tenho dessa Instituição e na perspectiva da construção de um projeto coletivo e de participação democrática é que me coloco na condição de assumir mais uma função nessa Instituição e nesse Câmpus que me educou e que me deu trabalho.

Importa reafirmar que a decisão por colocar meu nome para ser gestora do Câmpus Goiânia ultrapassa qualquer perspectiva de um projeto pessoal. Antes, expressa princípios e compromissos históricos assumidos e realizados ao longo da minha trajetória de mais de 27 anos de trabalho e de participação na Instituição, sempre com muito respeito e compromisso com a comunidade interna e externa.

3. EIXOS, PRINCÍPIOS E COMPROMISSOS

Como já foi mencionado, o presente Plano de Trabalho está estruturado a partir de três eixos principais: **Formação Emancipatória**; **Gestão Democrática e Participativa**; e **Educação Inclusiva**. Em cada um desses eixos, apresentamos princípios basilares que se desdobram em compromissos que assumimos para sua concretização. Ao final da apresentação de todos os princípios e compromissos de cada eixo, estão listadas as principais ações já idealizadas, para que avancemos na efetivação das ideias aqui expostas.

3.1 Eixo 1 – Formação Emancipatória

Falamos em formação porque pensamos numa educação que participa da formação humana. Formar mulheres e homens não é apenas depositar conteúdos em suas cabeças: é lhes oferecer meios para que possam enxergar a realidade, posicionar-se diante dela e nela atuarem. Essa formação coloca cada pessoa em relação consigo mesma, com a natureza, com o mundo do trabalho, da ciência e da cultura. Essa formação é emancipatória porque nos liberta da ignorância e do preconceito, da manipulação midiática que nos impele ao consumismo e ao individualismo, nos permitindo construir nossa identidade de forma consciente. Nesse sentido, ao constituir uma racionalidade emancipatória, podemos desempenhar nosso papel social de maneira crítica e autônoma e usufruir o patrimônio que foi acumulado pela humanidade.

A) Educação pública, universal, gratuita, inclusiva, democrática, laica e qualitativamente referenciada

Historicamente, a educação no Brasil sempre foi pautada por um dualismo, segundo o qual há uma formação completa e qualificada para os que conseguem bancar uma instituição de ensino privada e outra formação aligeirada nas redes públicas, que tem como perspectiva a qualificação de uma força de trabalho basicamente letrada e mais técnica, o que na prática implica uma redução dos custos produtivos com salários, com raras exceções, a exemplo da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Por isso, entendemos que a educação deve ser oferecida em sua completude a todos, para que se torne um instrumento que estimule nos sujeitos o posicionamento crítico perante a realidade. Além disso, ela deve ser, além de acessível a toda a sociedade, universal, não apenas quanto à forma de ingresso, mas também quanto à gratuidade e às políticas inclusivas e de permanência na Instituição. Deve ser assegurada uma prática educativa que estimule a democracia e a participação da comunidade interna e externa, garantindo-se, também, que tal prática permaneça laica e que sejam assumidas as questões sociais como referência para seu planejamento.

B) Resistência permanente a toda prática negacionista, excludente, autoritária, contrária à ciência e aos conhecimentos filosóficos e, também, privatista em relação à educação pública

Vivemos tempos de severos ataques à ciência e às práticas de ensino e pesquisa. O papel social da escola e das instituições de ensino superior vem sendo questionado por diversos setores sociais que estimulam o negacionismo científico, o que, por sua vez, conduz ao desmonte das políticas de financiamento à educação pública e às agências de fomento à pesquisa. Esse desmonte está associado a um reforço de propostas privatistas da educação pública, que pretendem colocar as instituições de ensino e de pesquisa a serviço dos interesses do mercado, comprometendo a possibilidade de produção de um conhecimento que assuma as questões sociais como referência. Por essa razão, é urgente que se defenda o papel fundamental do conhecimento científico contra todo discurso negacionista e suas consequências na sociedade.

Também é fundamental que se garanta o estímulo à pesquisa em todas as áreas de conhecimento e um diálogo crítico com o setor privado, firmando parcerias equilibradas, de modo que as instituições públicas não se dediquem ao mero atendimento a interesses econômicos, mas que promovam o avanço científico. E, por fim, e não menos importante, é essencial que se defenda a preservação das Instituições Públicas Federais de Educação como instituições democráticas e como espaço para o desenvolvimento do pensamento crítico, colocando-nos contra qualquer posicionamento autoritário e de amordaçamento.

C) Formação integrada que se fundamenta e se realiza sob a perspectiva da emancipação em todos os níveis e modalidades de ensino

No mundo do trabalho e na vida social em geral, vivemos uma separação entre quem realiza o trabalho intelectual e quem realiza o trabalho manual, sendo que a valorização social e salarial é maior para quem planeja e não para quem executa. Por isso, um mundo mais justo depende de uma formação que não separe a formação geral da formação profissional.

A formação integrada é a que propõe formar um ser humano inteiro, e não um ser fracionado pela divisão social do trabalho. Ela é emancipatória porque permite que as pessoas se libertem de uma condição de inferioridade e de exclusão social. Os Institutos Federais são um lugar privilegiado para oferecer esse tipo de formação, porque eles dispõem de recursos materiais e humanos, tanto para a experiência científica, como para a experimentação artística; tanto para as operações tecnológicas, como para as práticas esportivas – e isso em todos os níveis e modalidades de ensino: na educação de jovens e adultos; no ensino técnico de nível médio (regular e subsequente); nos cursos superiores e na pós-graduação. O compromisso com a formação integrada significa proporcionar aos jovens e aos adultos de todas as idades uma educação ampla e integral, para ler e atuar no mundo.

D) Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão e promoção de projetos, em especial de pesquisa e de extensão, contextualizados e comprometidos com a inclusão social, bem como com a geração de oportunidades e melhoria das condições de vida dos setores excluídos da riqueza e dos benefícios proporcionados pelo avanço da ciência e da tecnologia

Os Institutos Federais, tal qual as universidades, constituem-se em espaços privilegiados de sistematização, manutenção, divulgação e produção de conhecimento. Enquanto instituições sociais, os Institutos são permeados por contradições, refletindo os interesses das classes sociais em disputa na sociedade nos diversos momentos de sua história. Por esse entendimento, rejeitamos a ideia de que a educação superior seja um privilégio de poucos e de que a formação acadêmica seja direcionada por interesses mercadológicos.

A defesa da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão é essencial para definir o papel social da Instituição, de modo que esta sirva aos interesses da maioria da população. A Extensão, que tem em si a potencialidade de exercer um papel criativo e transformador na sociedade, torna-se muitas vezes um instrumento de manutenção das relações de dominação vigentes, com características mercadológicas e/ou assistencialistas. Assim, a extensão universitária de caráter popular é uma atividade com grande potencial para intervenções imediatas junto ao cotidiano de grupos, movimentos sociais e população em geral, contribuindo com o processo de tomada de consciência por parte dos trabalhadores com vistas à transformação social, por meio da superação das desigualdades resultantes da exploração da sociabilidade em que estamos inseridos. A Pesquisa também precisa assumir esse compromisso, considerando as interfaces entre as demandas sociais e a promoção de ações que viabilizem melhores condições de vida à sociedade em geral.

E) Equacionamento da oferta de cursos em articulação com os percentuais previstos em lei, com os arranjos locais, com as condições de trabalho, com o funcionamento e com a infraestrutura

Assim como os demais Institutos Federais, o IFG, por força da Lei nº 11.892/2008, deve ofertar 50% das suas vagas para a educação profissional de nível médio, prioritariamente na forma integrada ao ensino médio, incluindo a modalidade de Educação de Jovens e Adultos; 20% para os cursos de licenciatura e também para os programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica; e os demais percentuais para os cursos superiores de tecnologia, bacharelados, pós-graduação e de qualificação profissional. Além dessa lei, o Estatuto do IFG estabelece que esses percentuais devem ser aplicados em todos os câmpus.

De forma a viabilizar as ações de planejamento institucional, o PDI/IFG 2019/2023 estabeleceu que todas as unidades devem construir seu Plano de Oferta

de Cursos e Vagas (POCV) com ampla participação da comunidade acadêmica. O POCV será o norteador da expansão da oferta de cursos e vagas, do ajuste da oferta e do funcionamento dos cursos, da garantia da verticalização e do equilíbrio das ofertas nos departamentos de áreas acadêmicas. Para dar continuidade ao trabalho de construção do POCV do Câmpus Goiânia, devem-se estabelecer estudos que contemplem a permanência e o êxito; o interesse social; os arranjos (produtivos, culturais e sociais) locais; as demandas do mundo do trabalho; os documentos dos conselhos profissionais; a demanda popular; as vagas e modalidades; e o redimensionamento dos recursos humanos, materiais e de infraestrutura.

F) Fortalecer a formação emancipatória e integrada na Educação Profissional e Tecnológica de Nível Médio

Em sua trajetória histórica, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica tem se caracterizado pela oferta, principalmente, de cursos técnicos de nível médio. Contudo, várias são as possibilidades de formular e concretizar as práticas dessa educação profissional, sendo que nem todas estão vinculadas a uma formação emancipatória e integrada. Por essa razão, é fundamental reforçar e fortalecer os princípios da formação integrada na prática, considerando as características de cada curso integrado do câmpus e, também, os espaços produtivos locais na valorização e ampliação dos campos de estágio. Quanto a isso, é papel da gestão estimular ações que vinculem os núcleos de formação técnica e de formação geral no cotidiano do planejamento e das práticas de ensino. Além disso, é importante promover a criação de espaços físicos para o diálogo estudantil e a permanência no Câmpus. Especificamente, no que diz respeito à realidade dos cursos de Educação de Jovens e Adultos (EJA), é necessário acolher e valorizar a experiência e a trajetória no processo de inclusão e reinclusão de seus alunos, proporcionando momentos de troca culturais, práticas políticas e vivências pedagógicas.

G) Fortalecimento dos cursos de formação de professores a partir da consolidação de convênios com as Secretarias Municipais e Estaduais de Educação para a oferta de cursos de formação continuada

A interface entre o Ensino e a Pesquisa, objeto de reflexões acadêmicas, de Projetos Políticos de Cursos (PPC) e da educação escolar, medeia também o cotidiano de professores e professoras dos diferentes níveis e modalidades de ensino. O tempo presente demarca uma grande necessidade de reflexão. As duas instâncias, inseparáveis por sua própria dinâmica, trazem desafios para o “lugar” ocupado pelos agentes. Assim, a própria dinâmica histórico-social, em suas especificidades e contradições, coloca novas questões para a produção e a divulgação do conhecimento. Em outras palavras, o cotidiano instiga a reflexão e a autorreflexão sobre os percursos e itinerários formativos, tanto da Educação Básica quanto do Ensino Superior. De maneira específica, é possível apontar que, no Câmpus Goiânia, a existência de cursos de Licenciatura (Física, História, Letras/Português, Matemática

e Música) traz a possibilidade de desenvolvimento de projetos de pesquisa, ensino e extensão de forma integrada ou articulada, a partir da consolidação de convênios com as secretarias municipais e estaduais de educação para a oferta de cursos de formação continuada.

H) Integração dos cursos de graduação e pós-graduação visando à estruturação da verticalização, à atuação em projetos integradores e à efetivação do currículo integrado

A departamentalização ocorrida no Câmpus Goiânia na década de 2000 foi importante para aglutinar por eixos tecnológicos e áreas do conhecimento os vários cursos que eram ofertados. Isso permitiu reunir não somente os cursos, mas também os docentes, além de criar instâncias de apoio didático e pedagógico, tanto para os discentes quanto para os docentes. Todavia, há que se avançar nesse formato de estrutura, de modo que haja maior interação das áreas, dos cursos, servidores e discentes. No caso dos cursos de graduação (bacharelados, tecnologias e licenciaturas) e de pós-graduação, faz-se necessário estabelecer uma instância que possa fazer a integração e estabelecer um conjunto de práticas educativas integradoras. O Fórum da Graduação e da Pós-Graduação, como essa instância, seria o espaço para a interlocução e teria como principais objetivos: estabelecer diretrizes para a organização curricular, concorrendo, assim, para a ampliação da mobilidade acadêmica discente e docente; promover discussões para a construção de diretrizes que viabilizem a articulação entre os cursos; fomentar projetos integradores de ensino, pesquisa e extensão; e estabelecer um formato interdisciplinar da verticalização dos cursos no Câmpus. Tal esforço caminha no sentido de atribuir um modelo particular e autêntico de educação politécnica ao Câmpus Goiânia.

PRINCIPAIS AÇÕES PREVISTAS PARA O EIXO 1

- Estabelecer maior contato, cooperação e interação com os entes públicos municipais e estaduais, setores públicos e arranjos locais (produtivos, sociais e culturais), visando ampliar as pesquisas e transformá-las em ações, produtos e serviços, como meio de difusão de conhecimentos e de solução dos problemas da sociedade;
- Promover ações que primem pela inclusão, acolhimento e valorização das pessoas de camadas menos favorecidas, tais como discentes da classe trabalhadora, pessoas em situação de vulnerabilidade social, população negra, comunidade LGBTQI+, entre outras;
- Incentivar ações de extensão que aproximem cada vez mais a comunidade em geral da realidade acadêmica, de modo que a população se aproprie, valorize e evidencie a importância do Câmpus Goiânia e do IFG para o desenvolvimento da região metropolitana;
- Fomentar a promoção das atividades científicas, tecnológicas e de inovação como estratégias para o desenvolvimento econômico e social;
- Estímulo à elaboração de projetos de incentivo à leitura, incluindo a participação da comunidade interna e externa;
- Integrar os grupos/núcleos de pesquisa já existentes e estimular a criação de novos grupos;
- Conferir maior visibilidade e ampliar o acesso a todos os projetos de ensino, pesquisa e extensão realizados pelos servidores e discentes do Câmpus;
- Estabelecer ofertas contínuas de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) para atendimento em conformidade com as demandas populares e para a formação e capacitação dos servidores terceirizados do Câmpus;
- Promover discussões que favoreçam a implantação da curricularização da extensão;
- Criação do Fórum da Graduação e Pós-Graduação;
- Fomentar ações de internacionalização alinhadas com a Política de Internacionalização do IFG e em consonância com ações de ensino, pesquisa e extensão em prol do desenvolvimento humano, acadêmico e profissional dos estudantes e dos servidores;
- Dar continuidade ao trabalho de construção do POCV do Câmpus Goiânia.

3.2 Eixo 2 – Gestão Democrática e Participativa

O compromisso com uma gestão democrática e participativa é fundamental para a construção de uma educação emancipatória. Falamos em gestão democrática contra toda e qualquer perspectiva gestora baseada na autocracia e na ausência de transparência para a tomada de decisões, que não elabore um planejamento que contemple diretamente a vida de toda a comunidade acadêmica e escolar.

Essa gestão democrática e participativa passa pelo fortalecimento dos conselhos, colegiados e comissões presentes no Câmpus e, também, pela consolidação das articulações entre as diversas instâncias administrativas e decisórias responsáveis por estabelecer um projeto que, de fato, contemple a diversidade que constrói a realidade do Câmpus Goiânia. Para tanto, é fundamental que: a) sejam planejadas políticas indutoras de uma cultura participativa; b) seja reforçada a importância da representação de todos os segmentos nos conselhos e comissões; e que c) seja recuperada a dimensão política dessas representações, mediante processos eleitorais transparentes e confiáveis, em lugar das indicações e nomeações para a composição dos conselhos e comitês. Nesse sentido, fortalecer a representação é fortalecer a participação democrática e a esperança da construção de uma Instituição que efetivamente seja capaz de cumprir sua função social.

A) Gestão Democrática e Participativa pautada no diálogo dos diferentes segmentos da comunidade acadêmica e escolar do Câmpus Goiânia

A Gestão Democrática e Participativa deve ser uma prática cotidiana pautada em um processo educativo/formativo que possa contribuir para a constituição de espaços e comportamentos democráticos, para a promoção de uma educação emancipadora e para que as relações sociais e de poder tornem-se cada vez mais horizontais na Instituição. Para tanto, o IFG e, por consequência, o Câmpus Goiânia devem garantir a participação da comunidade acadêmica escolar interna, das famílias dos estudantes, dos egressos e de membros da sociedade civil organizada nas tomadas de decisões, na construção de políticas, nas avaliações acadêmicas, pedagógicas e administrativas e na vivência social, política e cultural. A Instituição deve, portanto, ressignificar os seus espaços de participação, para garantir efetivamente a representação desses sujeitos, indo além de uma atuação apenas formal para cumprir os ritos protocolares e dispositivos legais.

B) Autonomia e transparência nos processos decisórios ocorridos no espaço das instâncias deliberativas

Cada Câmpus tem uma história própria que precisa ser respeitada e construída a partir de suas especificidades e sem perder de vista os princípios da administração pública. O grau de amadurecimento institucional de um Câmpus é o que o torna mais ou menos dependente da Reitoria para organizar sua prática cotidiana pedagógica e

administrativa. Esse grau de maturidade depende de vários fatores, tais como: do perfil de gestão; do conhecimento e do envolvimento dos servidores enquanto sujeitos do processo; do nível de conhecimento dos servidores quanto à função social, aos princípios, às diretrizes, aos objetivos e às metas institucionais estabelecidas no PDI; e da forma de sua participação na vida acadêmica e administrativa do Câmpus e do IFG. Nessa perspectiva, espaços de diálogo e de comunicação devem ser instituídos visando definir e delegar responsabilidades e dar transparência de forma a não perder de vista a ideia de Instituição e de Rede Federal.

O(a) diretor(a)-geral de Câmpus deve ser atuante no Colégio de Dirigentes, precisa participar, efetivamente, de grupos de trabalhos e deve se prontificar a ocupar outros espaços consultivos e deliberativos que lhe são de direito. A autonomia do gestor, nesse contexto, não deve ser confundida com a promoção de práticas fisiologistas, populistas e de promoção individual, mas deve ser, sim, uma autonomia capaz de contribuir para a efetivação da educação emancipatória e para o cumprimento da função social do IFG.

C) Constituição de instâncias para a integração e o diálogo permanente entre os quatro Departamentos de Áreas Acadêmicas do Câmpus Goiânia e a Diretoria-Geral do Câmpus;

Uma gestão democrática e participativa do Câmpus Goiânia precisa enfrentar a necessidade de superar a histórica separação entre os Departamentos de Áreas Acadêmicas. Não é pertinente e nem saudável uma atuação dos departamentos em uma situação análoga à de quatro Câmpus distintos e separados, e tal integração precisa ser encarada para além do discurso, por meio de práticas e planejamentos que estimulem a integração entre chefias, coordenações acadêmicas, coordenações de apoio pedagógico ao discente, coordenações de apoio administrativo, entre outras. É preciso que haja o compromisso com uma revisão dos fluxos e processos capaz de conferir maior homogeneidade aos procedimentos internos, sem desconsiderar, contudo, as especificidades inerentes a cada DAA, especificidades essas que precisam ser respeitadas. Além disso, é necessário que o Conselho de Câmpus (Concâmpus) seja fortalecido em sua dimensão deliberativa e indutora dessa articulação, a fim de que suas decisões sejam capazes de contemplar a universalidade do Câmpus, e não apenas os interesses deste ou daquele departamento. Assim, as instâncias supradepartamentais (como Gerências, Napne etc.) podem intensificar essa articulação, de modo a favorecer as atividades de ensino, pesquisa e extensão igualmente em todos os quatro DAAs.

D) Diálogo permanente com os discentes e com as suas entidades representativas e a garantia de espaços de convivência

Os espaços de representação dos discentes nos colegiados de curso, comissões e, principalmente, conselhos ainda são mínimos; e nos espaços onde há essa garantia de representatividade, a participação é pouco expressiva. Os discentes

não podem ser vistos como mero objeto de estudo, mas, sim, como parte ativa do caminho, e a gestão tem que ter o efetivo compromisso com as suas pautas. Nesse sentido, deve-se avançar na abertura de espaços de diálogo e de participação dos discentes, dos seus coletivos e de suas representatividades nas instâncias colegiadas e nas discussões e debates das questões acadêmicas e administrativas do Câmpus. Além da defesa das instâncias de representação e de escuta, devem ser garantidos também os espaços físicos de convivência, como forma de propiciar locais de lazer, de organização de atividades culturais, política acadêmica e de interação com os servidores efetivos e terceirizados.

E) Construção de relações de trabalho com os servidores da educação calcadas na escuta e na atenção à qualidade de vida e de saúde do trabalhador

Os princípios de uma educação emancipatória, em termos teóricos e, fundamentalmente, práticos, trazem desdobramentos para a pluralidade da atuação dos servidores da educação. Tal atuação é calcada na dinâmica histórico-social, o que torna imprescindível considerar as especificidades das experiências construídas no próprio cotidiano de trabalho e seus desafios frente às políticas públicas para a educação e para as políticas institucionais. O ponto de partida destas últimas deverá ser concebido na centralidade das experiências que docentes e técnicos acumularam ao longo do processo de construção de seus saberes/fazer.

Especialmente num contexto marcado pelo aprofundamento e escancaramento das desigualdades, da exclusão, da miséria e da ausência de diversas políticas públicas no âmbito social, torna-se necessário estabelecer canais de escuta e de diálogo permanentes, para que, coletivamente, novas perspectivas sobre o lugar da Instituição, do Ensino, do espaço da sala de aula, da importância dos servidores técnico-administrativos como servidores da educação e do papel social dos professores sejam concebidas. Essas novas perspectivas precisam traçar caminhos para dirimir os efeitos da violência e do adoecimento de docentes e técnicos tão presentes no cenário atual, além de combater de modo frontal práticas de assédio em suas variadas formas, a partir da promoção contínua de ações de educação e prevenção junto à comunidade. Por meio do resgate da função e da singularidade de cada segmento, torna-se importante, também, superar as concepções corporativistas, não raro arrogantes, que se manifestam em determinados segmentos da Instituição.

F) Concretização de ações que demarquem a importância vital do segmento técnico-administrativo para o desenvolvimento institucional e que assegurem a flexibilização de sua jornada de trabalho para sua formação continuada, tanto em cursos de qualificação quanto voltados para sua capacitação

Compreendemos o desenvolvimento institucional de forma ampla, a partir da articulação das atividades do IFG no âmbito da Administração Pública, do Ensino, da Pesquisa, da Extensão, além das atividades de representação em instâncias consultivas, deliberativas e comissões. Nesse sentido, viabilizar e incentivar a efetiva

atuação do segmento técnico-administrativo nos espaços institucionais e nas ações finalísticas é essencial. Ademais, é preciso, também, fomentar o diálogo dos técnicos administrativos com a comunidade. O reconhecimento da importância do trabalhador técnico-administrativo em educação e do conteúdo do seu trabalho também se dá pela defesa da flexibilização de sua jornada de trabalho como meio, dentre outros, de possibilitar a formação continuada em cursos de qualificação e de capacitação. Desse modo, torna-se fundamental o compromisso da gestão pela luta das 30 horas e pela preservação da jornada flexível e da oferta de cursos de qualificação e de capacitação, a partir da escuta dos servidores e do levantamento das demandas setoriais, visando ao aprimoramento da qualidade e à eficiência da prestação do serviço público e do bem-estar dos servidores.

G) Democratização dos espaços físicos da Instituição, efetivação do Câmpus como um espaço cultural da cidade e articulação com os movimentos sociais

A educação é mais ampla do que o espaço físico da escola. Ao mesmo tempo, as salas de aula, o pátio, os laboratórios, o teatro, as quadras, isto é, cada pedaço de nossa Instituição pode ser utilizado para o desenvolvimento de atividades formativas, no que diz respeito aos conhecimentos técnicos, científicos e artísticos. E, mais ainda, pode ser um lugar de experimentação artística e de convivência social. O Câmpus Goiânia não deve servir somente a alunos, servidores e terceirizados, mas a toda população de nossa capital e região metropolitana. Povoar os espaços da nossa Instituição com arte, esporte, ciência e tecnologia, além de favorecer a formação integrada de nossos estudantes, pode atrair familiares e a comunidade externa para o intercâmbio de experiências e ampliar nossas relações com a sociedade em geral. Ademais, devem ser pensados espaços para a organização e a mobilização de estudantes, professores, técnicos administrativos e servidores terceirizados.

H) Estímulo a uma cultura de planejamento institucional que favoreça uma gestão democrática e participativa

As constantes transformações educacionais, econômicas, políticas e sociais e os crescentes anseios da comunidade acadêmico-escolar e da sociedade pela qualidade do ensino, resultados, eficiência e transparência dos atos e dos recursos públicos empregados fazem com que a Instituição e suas unidades implantem um modelo de gestão estratégica e participativa. Dessa forma, o Câmpus Goiânia, como parte do IFG, tem que pensar de forma estratégica e utilizar as ferramentas de planejamento propostas no IFG pelo PDI 2019/2023 (POCV, PAT e Plano Diretor), de forma a envolver toda a comunidade na sua construção. A Instituição e suas unidades têm que se preocupar em monitorar os resultados institucionais e nos câmpus, dialogar com a Comissão Própria de Avaliação (CPA) e envolver os setores e servidores em torno do alcance dos objetivos institucionais e do cumprimento da sua função social. Dessa forma, a implementação de uma gestão democrática e

participativa demanda o estabelecimento de práticas, projetos e ações que considerem a multiplicidade dos níveis e modalidades de ensino, as demandas e especificidades dos setores acadêmicos e administrativos e, fundamentalmente, a atuação e o diálogo com todos os sujeitos (docentes, técnicos administrativos, discentes e servidores terceirizados) que nela se inserem. Assim, uma cultura de planejamento buscará estabelecer estratégias, ações, responsabilidades, além de criar indicadores e critérios de priorização das ações e, também, buscar padronização das ações administrativas, acadêmicas e pedagógicas.

PRINCIPAIS AÇÕES PREVISTAS PARA O EIXO 2

- Consolidar, no âmbito da Gerência de Administração Acadêmica e Apoio ao Ensino (GAAAE), uma equipe técnico-pedagógica de caráter estratégico para planejamento e execução do ensino;
- Implementar um calendário de reuniões de caráter pedagógico que promovam a formação continuada de professores e técnicos e que sejam capazes de ampliar o espaço de discussão sobre ensino-aprendizagem no âmbito do Câmpus;
- Incentivar, ampliar e fortalecer a participação dos servidores e discentes nas ações de planejamento institucional, de modo a democratizar os processos decisórios;
- Estabelecer uma agenda do Concâmpus, com cronograma e pautas das reuniões e dos processos que serão encaminhados, permitindo o acesso da comunidade com tempo suficiente para o diálogo, consultas e audiências públicas capazes de fomentar as decisões que serão deliberadas pelos seus representantes;
- Incentivar e criar condições para o estabelecimento da cultura do planejamento em todos os setores do Câmpus, considerando a sua integralidade para além dos quatro departamentos;
- Constituir o Plano Diretor do Câmpus Goiânia (bianual), que assegure as condições físicas para a realização das atividades acadêmicas, administrativas, culturais, esportivas e científicas, visando garantir uma ocupação racional e efetiva do espaço e favorecendo o desenvolvimento, a acessibilidade e a segurança do Câmpus;
- Propor estudo de redimensionamento dos recursos humanos, físicos e materiais para subsidiar o Plano Diretor do Câmpus, o Planejamento Estratégico do Câmpus e o Plano Anual de Trabalho (PAT);
- Propor estudo de alteração do espaço físico da biblioteca, para que haja um melhor conforto acústico para os seus usuários;
- Apropriar-se das metas propostas no PDI e dos resultados das pesquisas institucionais por meio dos relatórios de autoavaliação da Comissão Própria de Avaliação (CPA), dos dados do Sistema de Visualização de Relatórios (VISÃO), bem como de órgãos de estatísticas oficiais, como a Plataforma Nilo

Peçanha, a fim de monitorar os indicadores do Câmpus para proposição de ações;

- Promover a prática do Planejamento Orçamentário Participativo;
- Propor discussões ampliadas na construção do calendário acadêmico;
- Estabelecer as câmaras consultivas no Concâmpus, visando aprofundar as discussões das pautas estabelecidas por meio da apresentação de estudos prévios e de pareceres;
- Transmitir as reuniões do Câmpus e mantê-las disponíveis no site;
- Tornar mais eficiente a comunicação entre os setores acadêmicos e administrativos e a comunidade acadêmico-escolar;
- Definir fluxos-padrão para as ações realizadas nos Departamentos de Áreas Acadêmicas;
- Implantar o Comitê de Sustentabilidade do Câmpus, visando à propositura de ações voltadas para os três pilares da sustentabilidade (social, ambiental e econômico), ações de reaproveitamento de água e resíduos, além de ações que promovam o uso racional de energia;
- Acompanhar a publicação de editais e outras formas de captação de recursos para a manutenção e preservação dos espaços tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN);
- Construir o Plano de Comunicação do Câmpus;
- Constituir instância de mediação e gestão de conflitos interpessoais visando promover o diálogo, estabelecer um ambiente mais harmônico, tornar as relações e trâmites menos burocráticos, diminuir o número de processos administrativos disciplinares de servidores e de processos acadêmicos disciplinares de estudantes;
- Fomentar ações de comunicação e capacitação para diminuir todas as formas de violência nas relações acadêmicas e de trabalho marcadas pela ocorrência dos assédios moral, intelectual e sexual;
- Definir um calendário de reuniões periódicas e sistemáticas da direção do Câmpus com as áreas acadêmicas e com os setores administrativos;
- Criar um Plano de Capacitação com vistas ao aperfeiçoamento e ao desenvolvimento dos servidores, no qual se definam planos e critérios para as licenças de capacitação;
- Incentivar a capacitação e a qualificação continuada dos servidores docentes, técnico-administrativos e terceirizados;
- Ampliar as ações voltadas à saúde do servidor, dos terceirizados e aposentados;
- Estimular ações de ensino e extensão que utilizem os potenciais humanos e físicos do Câmpus, para a concepção de ações que atendam a toda a comunidade acadêmica;
- Propiciar um clima organizacional mais harmonioso entre os servidores dos Departamentos de Áreas Acadêmicas, assumindo-os apenas como espaços de lotação dos servidores, e não como instâncias distintas e de disputa interna;

- Implantar mecanismos de escuta dos servidores dos diversos setores para a definição de perfil e indicação dos cargos de gestão do Câmpus;
- Estabelecer reuniões contínuas com os representantes de turmas, centros acadêmicos, diretórios acadêmicos e outros coletivos para a melhoria da representatividade discente no Câmpus;
- Manter constante diálogo com os arranjos produtivos, sociais e culturais locais, visando estabelecer acordos de cooperação e convênios para a realização de projetos de ensino, de pesquisa e de extensão que possam desenvolver a ciência e a tecnologia em prol da emancipação social, inovação e desenvolvimento social.

3.3. Eixo 3 – Educação Inclusiva

Quando olhamos para a história da educação brasileira, constatamos a consolidação de um modelo de instituições de ensino que se baseia na hierarquização, segregação, exclusão e segmentação social. Nossas escolas, até bem pouco tempo, nunca foram pensadas para a diversidade e a inclusão, estando sempre preparadas – física e pedagogicamente – para atender apenas às demandas da maioria, ignorando as especificidades de minorias e de pessoas com deficiência e necessidades educacionais específicas. Comprometer-se com uma educação inclusiva é comprometer-se com a ampliação de uma cultura que favoreça as múltiplas acessibilidades necessárias, para que o Câmpus Goiânia esteja cada vez mais preparado para lidar com a pluralidade que caracteriza a sociedade à qual ele se propõe servir.

A) Atenção aos princípios da dignidade humana, direitos humanos, diversidade, inclusão e justiça social

Uma educação inclusiva e alicerçada nos princípios da dignidade humana, direitos humanos, diversidade, inclusão e justiça social deve eleger como eixo principal o estabelecimento de um espaço de formação que não apenas identifique e reflita sobre as contradições de uma sociedade marcada pela desigualdade e pela exclusão, mas um lugar de construção coletiva de políticas e ações efetivas que tragam para o centro as demandas de sujeitos excluídos historicamente nos campos do trabalho, da cultura e dos espaços de formação. Em outras palavras, não basta afirmar que grupos são negligenciados em suas especificidades e demandas: é preciso estabelecer caminhos nas práticas educativas e nos projetos institucionais, em diálogo constante com a comunidade interna e externa do IFG. Assim, o tripé Ensino, Pesquisa e Extensão, ao priorizar os princípios em tela, deve orientar um movimento efetivo entre a Instituição e as necessidades do espaço e do tempo em que está inserida.

B) Ampliação das políticas da assistência estudantil com vistas à promoção da inclusão social e da permanência e do êxito dos discentes

Mesmo após algumas conquistas, principalmente o reconhecimento da assistência estudantil como dever do Estado, não foram alcançados ainda programas que atendam com maior amplitude ao público heterogêneo do Instituto, agravando, assim, a situação da evasão da população trabalhadora e de baixa renda. O acesso aos auxílios é relativamente engessado pela burocracia e pela forma como os repasses são feitos pelos órgãos governamentais, concorrendo, desse modo, para o atraso na publicação e efetivação dos editais e na destinação de recursos.

A despeito da necessária seleção e dos critérios válidos para a distribuição dos auxílios, deve-se avançar na direção de uma otimização dos processos e do estabelecimento de critérios adequados para sua distribuição. Com o constante ataque ao orçamento da educação pública, os recursos para assistência e permanência estudantil não cresceram de forma a acompanhar o crescimento das necessidades da Instituição. Logo, deve ser parte fundamental desse processo um modelo de gestão que lute por um orçamento mais justo para a Instituição e que busque dialogar com a sua comunidade sobre o orçamento disponível, no esforço de viabilizar outras formas para a ampliação dos recursos da assistência estudantil, a fim de custear os programas e contribuir para uma inclusão efetiva dos estudantes em suas necessidades diversas.

C) Consolidação do Napne para a ampliação da promoção da inclusão e acessibilidade das(os) alunas(os) com necessidades educacionais específicas

O Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas (Napne) do Câmpus Goiânia, cujas atividades foram iniciadas em 2018, vem, desde então, desenvolvendo importantes ações de inclusão e acessibilidade. Um projeto de gestão comprometido com a educação inclusiva deve aumentar as condições materiais e pessoais, a fim de que o Núcleo amplie a cultura da educação para a convivência e aceitação da diversidade, bem como transponha as barreiras arquitetônicas, comunicacionais, educacionais e atitudinais na Instituição. Tal compromisso é fundamental para que sejam questionadas práticas educacionais capacitistas, ou seja, práticas que permanecem atribuindo às pessoas com deficiência e/ou necessidades educacionais específicas a incapacidade para a realização de determinadas ações. Ainda há muita desinformação que atravessa nossas práticas cotidianas, o que mostra a urgência de fortalecer o Napne, a fim de que sejam promovidas tanto ações educativas e de conscientização, quanto ações de elaboração e aquisição de equipamentos, *softwares* e materiais didático-pedagógicos a serem utilizados em práticas educativas inclusivas, sem prescindir do diálogo contínuo com os sujeitos envolvidos nos processos de formação.

D) Fortalecimento do papel pedagógico das CAPDs nos DAAs e na relação com a CAE, o Napne e a GAAAE

As Coordenações de Apoio Pedagógico ao Discente (CAPD) têm se constituído em instância fundamental de promoção concreta da educação inclusiva na Instituição. Não raro, são elas as primeiras a identificarem casos que demandam atenção educativa especial, casos esses relacionados às mais diversas questões que envolvem vulnerabilidade social, diversidade de gênero, étnico-racial etc., pessoas com deficiência e/ou necessidades educacionais específicas e outras demandas. Por essa razão, é fundamental que as CAPDs sejam fortalecidas em sua constituição e atuação, de modo a se consolidarem como espaço de materialização das políticas de permanência e assistência estudantis, por meio de um diálogo mais efetivo com o Napne e a Coordenação de Apoio Estudantil (CAE). Deve-se buscar efetivar um diálogo entre as experiências das CAPDs dos quatro departamentos do Câmpus, de modo a favorecer uma padronização dos fluxos e rotinas, contando, também, com a aproximação com as Coordenações Acadêmicas e com a Gerência de Administração Acadêmica e Apoio ao Ensino (GAAAE). Com isso, as CAPDs serão fundamentais para aperfeiçoar práticas pedagógicas ligadas às dificuldades de aprendizagem que se manifestam nos variados níveis e modalidades da instituição.

E) Fortalecer a CAE no processo de acompanhamento pedagógico e na efetivação da melhoria dos índices de permanência e êxito dos estudantes

A Coordenação de Assistência Estudantil é um dos pilares do Câmpus. Sua atuação tem sido decisiva e de grande impacto na condução da vida acadêmico-escolar dos alunos, e é fato que boa parte desses estudantes não daria prosseguimento aos estudos, por diversos fatores, se não fosse o trabalho da CAE. Entre as demandas atendidas estão o apoio aos alunos que apresentam necessidade de acompanhamento psicológico e/ou necessidades específicas, gerenciamento dos auxílios estudantis, mediação de situações de conflito (entre estudantes ou entre estudantes e servidores) e atuação em urgência/emergência de saúde dentro do Câmpus. A atual legislação prevê uma ampliação do acolhimento dos casos de inclusão e converte a CAE, juntamente com o Napne, em instância central para sua efetivação. A CAE precisa ser fortalecida em sua importância para o enfrentamento da evasão e da retenção, favorecendo à permanência e ao êxito tão importantes para que o IFG cumpra sua função social. Cabe à futura gestão do Câmpus dar todo suporte necessário para que tenhamos um acolhimento sensível à diversidade que se apresenta no universo que é um ser humano.

F) Fortalecimento do papel da biblioteca para a consolidação da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão e para a integração institucional com a sociedade

A biblioteca do Câmpus Goiânia é pública e tem como função proporcionar o desenvolvimento intelectual e cultural da comunidade interna do IFG. Portanto, deve se tornar e ser reconhecida como um espaço físico de fundamental importância para a cidade, sobretudo para o atendimento às camadas populares e às instituições públicas de ensino municipais e estaduais. A biblioteca não deve ser um espaço somente para estudos e empréstimo de livros, mas um local capaz de estimular a indissociabilidade entre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão e de acolher as diversas manifestações artísticas e culturais. A biblioteca deve proporcionar acesso à literatura, promover eventos, estabelecer outros serviços para o público interno e externo, fortalecendo e fomentando hábitos de leitura, promovendo a ciência, a cultura, a arte, a convivência e o entretenimento. Assim, a biblioteca assumirá seu papel de formadora educacional, cultural e social, capaz de criar vínculos de pertencimento com a comunidade interna e externa e de reconhecer os interesses e necessidades da população.

G) Compromisso com os setores mais empobrecidos da classe trabalhadora e das camadas populares, com especial atenção à população negra, aos indígenas, às mulheres e à comunidade LGBTQI+

Um projeto de instituição que se guie a partir de um projeto de educação emancipatória e inclusiva deve considerar que, em diferentes lugares e momentos de nossa história, a população negra, os indígenas, as mulheres e as comunidades LGBTQI+ foram postos à margem de determinados projetos dos campos da formação e da cultura. Elegê-las como agentes históricos repletos de demandas e de direitos redonda em incorporá-las aos projetos de pesquisa, ensino e extensão. A referida perspectiva não implica apenas elegê-las como objetos de estudo, mas trazê-las para a Instituição como interlocutores na definição de uma política educacional e pedagógica em sintonia com o seu próprio papel social.

H) Compromisso com os servidores terceirizados da educação, retirando-os da invisibilidade e buscando a realização de projetos vinculados à escolarização e formação técnico-profissional desses trabalhadores e trabalhadoras

Compreender os servidores terceirizados da educação como agentes que fazem parte do IFG implica considerar a sua importância e seu papel na organização física, administrativa e estrutural dos diversos espaços da Instituição. Ao mesmo tempo, o processo de retirá-los da invisibilidade deve ser acrescido da definição de projetos e de ações que permitam concebê-los com público-alvo de uma Instituição que prima pela educação emancipatória e inclusiva. Dessa forma, concebê-los

também como sujeitos que têm direitos aos processos de escolarização e formação técnico-profissional se faz urgente.

PRINCIPAIS AÇÕES PARA O EIXO 3

- Sistematizar o processo de acolhimento e acompanhamento de estudantes de programas e convênios internacionais, em especial daqueles na condição de refugiados;
- Estabelecer canais de escuta para que todo o corpo discente e egressos especifiquem seus maiores desafios no que se refere à permanência e ao êxito;
- Criar o Plano Estratégico de Permanência e Êxito do Câmpus Goiânia com avaliação bianual para todos os níveis e modalidades e estabelecer o acompanhamento semestral para levantar as principais dificuldades no atendimento aos objetivos e metas;
- Produzir estudos sobre a evasão de modo a levantar dados e motivos que levam o estudante a evadir e propor as medidas saneadoras;
- Demandar levantamentos da Corae a respeito de discentes concluintes que não solicitaram certificação;
- Capacitar as CAPDs e as Coordenações de Curso a realizarem levantamentos periódicos de discentes que concluíram as disciplinas, mas não efetivaram o estágio e as atividades complementares e auxiliá-los nesse sentido;
- Alterar a estrutura da GAAAE, a fim de que ela se constitua em uma instância pedagógica e de articulação entre os departamentos de áreas acadêmicas, Coordenações de Apoio ao Discente, Napne, Gerência de Ensino Pesquisa e Extensão e Coordenação de Assistência ao Estudante;
- Articular a GAAAE e as Coordenações Acadêmicas para que se realize o levantamento de alunos trancados, evadidos e transferidos para o planejamento de ações de permanência e êxito;
- Fomentar a implantação do Núcleo dos Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (Neabi), congregando a comunidade interna e externa;
- Incentivar as pesquisas, as publicações e ações voltadas para a temática das populações negra, indígena, cigana e comunidades tradicionais;
- Estruturar a implementação do Núcleo de Relações da Educação Profissional e Tecnológica e Gênero e incentivar as pesquisas e os projetos de ensino e extensão;
- Propiciar o diálogo com produtores culturais e movimentos sociais populares com vistas ao delineamento de uma Política de Extensão;
- Efetivar a Política de Egresso a partir da reestruturação da Comissão Local de Egressos;
- Buscar recursos financeiros em articulação com a Reitoria, junto ao MEC e por meio de emendas parlamentares, para viabilizar a construção do restaurante estudantil;

- Estabelecer políticas de inclusão e acessibilidade, com a criação e a ampliação da atuação dos núcleos de acessibilidade, inclusão, atendimento e de estudos temáticos;
- Promover eventos culturais dinamizando o teatro, a biblioteca e demais espaços do Câmpus;
- Estimular projetos de ensino, pesquisa e extensão que promovam atividades esportivas e de lazer com a comunidade;
- Impulsionar estudos, mapeamento de perfis e diálogos com a comunidade acadêmica para estabelecer a Política de Assistência Estudantil e dos Auxílios Estudantis no Câmpus e a possibilidade de sua ampliação;
- Fortalecer ações para ampliação das ofertas de estágios e empregos na área de formação;
- Fomentar a construção de projetos de pesquisa, extensão e inovação em parceria com o Centro de Referência de Pesquisa e Inovação (CiteLab – IFG);
- Ampliar o Projeto Conhecendo o IFG por meio da oferta de projetos de extensão e eventos para maior participação dos estudantes da Rede Pública no cotidiano do Câmpus;
- Revitalizar os espaços físicos visando melhorar as condições de convivência e de vivências culturais, esportivas e sociais, incluindo o retorno do tablado;
- Criar um espaço/Centro de Memória como um local de interação, de pesquisa e de preservação da memória e da história do Câmpus Goiânia e do IFG.

DISPOSIÇÕES FINAIS

A elaboração da carta de princípios e compromissos do Coletivo Somos Diversidade, ao eleger os eixos Formação Emancipatória, Gestão Democrática e Participativa e Inclusão, procurou lançar olhares para o Campus Goiânia no que diz respeito à sua multiplicidade de níveis e modalidades de ensino, no que tange ao seu amplo espaço estrutural, físico e, fundamentalmente, em relação à sua heterogeneidade de sujeitos e às suas respectivas demandas, a saber, de discentes, técnicos administrativos, docentes, terceirizados e comunidade externa.

Acreditamos que a construção de um espaço plural, com base em uma educação emancipatória e inclusiva, demanda o delineamento de um projeto político e pedagógico pautado no diálogo e no trabalho coletivo da direção, das gerências, das chefias de departamento, das coordenações acadêmicas, dos colegiados de curso e dos demais setores e instâncias. Desse modo, certo da necessidade e da abrangência deste Projeto de Gestão, o coletivo informa que os percursos ainda estão em construção e, por isso, convida toda a comunidade do Câmpus Goiânia para a partilha de nossos olhares e expectativas na tessitura dos caminhos de uma Instituição coerente com seu papel social.

Participe desta construção! Colaborações e sugestões em relação às ações presentes neste Plano de Trabalho podem ser enviadas para o e-mail adriana.ferreiraifg@gmail.com

